

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO SRP n.º 025/2010 Processo n.º 01300.000763/2010-1

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), NA ÁREA DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, DE ACORDO COM O PLANEJAMENTO E EM APOIO AS EQUIPES DE TI QUE DESENVOLVEM PROJETO DO AGHU, DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, – HCPA, QUE SE UTILIZARÁ DE ACORDOS DE NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA'S) E DOS PRINCIPAIS MODELOS DE MELHORES PRÁTICAS (ISO 9001:2000, PMBOK, CMMI, COBIT, ISO 20000, ISO 27001 E ISO 17799, DENTRE OUTRAS) PARA O CONTROLE E ALINHAMENTO DESTA CONTRATAÇÃO.

1. CONTRATANTE

Nome: Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA		
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal criada pela Lei n.º 5.604/70		
CNPJ n.º : 87.020.517/0001-20		
Endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº2350, Porto Alegre, RS.		
Cidade: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90035-903
Representante Legal: Prof. Amarílio Vieira de Macedo Neto		
C.P.F./ M.F. : 289.473.470-00		
Nacionalidade: Brasileiro	Estado Civil: casado	
Cargo: Presidente		
Residência: Residente e domiciliado nesta capital		
Ato de Nomeação: Portaria nº 5521 de 12 de dezembro de 2010		

2. CONTRATADA

Denominação: CTIS TECNOLOGIA S/A		
CNPJ n.º : 01.644.731/0001-32		
Endereço: SCN QUADRA 04, BLOCO B, Nº 100, SALAS 201, 204, 401, 403 e 804.		
Cidade: BRASILIA	UF: DF	Cep: 70714-900
Telefone: 61 – 34269200	Fax: 61 34269269	
Representante legal: Flávio Marques		
C.P.F./ M.F.: 106.417.488-41		
Nacionalidade: Brasileiro	Estado Civil: Casado	
Cargo: Diretor Vice-Presidente de IT Services	Ato de Designação:	
Identidade n.º: 19.355.360	Data expedição:	Órgão expedidor: SSP/SP
Endereço Residencial: SHIN, QI 07, Conjunto 06, Casa 16, Lago Norte,		
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 71.515-060

DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes anteriormente individuadas e devidamente qualificadas, resolvem, consoante a autorização exarada nos autos do Processo n.º 01300.000763/2010-1, pactuar a prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação (TI), na área de manutenção de sistemas de informação, de acordo com o planejamento e em apoio à Coordenação do Projeto do AGHU e da Área de TI do Hospital de Clínicas de Porto Alegre-HCPA, que se utilizará de Acordos de Níveis de Serviço (SLA's) e dos principais modelos de melhores práticas (ISO 9001:2000, PMBOK, CMMI, COBIT, ISO 20000, ISO 27001 e ISO 17799, dentre outras) para o controle e alinhamento desta contratação ao **CONTRATANTE**, firmando, nesta oportunidade, o instrumento

COB
15/10

[Handwritten signatures and initials]

contratual que observará os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, do Decreto nº 3.931, de 19/09/2001, do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02, de 30/04/2008, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 05/09/2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, todos com suas alterações posteriores, e que será em tudo regido pelas condições constantes das cláusulas que aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA **DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação (TI), na área de manutenção de sistemas de sistemas de informação, de acordo com o planejamento e em apoio à Área de TI do Hospital de Clínicas de Porto Alegre- HCPA, que se utilizará de Acordos de Níveis de Serviço (SLA's) e dos principais modelos de melhores práticas (ISO 9001:2000, PMBOK, CMMI, COBIT, ISO 20000, ISO 27001 e ISO 17799, dentre outras) para o controle e alinhamento desta contratação ao **CONTRATANTE**, conforme especificações e quantitativos discriminados no Projeto Básico/Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital e suas cláusulas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. A descrição dos serviços, anteriormente feita, não é exaustiva, devendo ser executadas todas e quaisquer outras atividades relacionadas ao objeto do presente contrato, que se mostrem necessárias ao completo alcance do que é por ele objetivado, assim como aquelas ofertadas e descritas na proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços contratados observará o regime de empreitada por preço unitário, sendo a forma da prestação de serviço parcelado, conforme solicitação, previsto no art. 10, II, "b", da Lei n.º 8.666/93.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. A **CONTRATADA** se obriga a executar todos os serviços objetivados pelo presente contrato obedecendo rigorosamente as técnicas apropriadas, utilizando-se sempre, para esse efeito de pessoal qualificado todos eles integrantes dos seus quadros, tudo em conformidade com o que consta do anexo Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA **DO SERVIÇO**

A **CONTRATADA** executará os serviços, de acordo com as normas técnicas específicas, visando atender as solicitações do HCPA nos prazos estipulados no contrato, em total conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, que integra o presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**



Na execução do objeto do presente contrato, envidarão as partes todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se, ainda, ao cumprimento das atribuições e responsabilidades estabelecidas para a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, em itens específicos do anexo **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA QUINTA DA REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente contrato, fará jus a **CONTRATADA** à remuneração estimada mensal de **R\$ 814.170,36** (Oitocentos e quatorze mil, cento e setenta reais e trinta e seis centavos) e anual global estimado de **R\$ 9.770.044,32** (Nove milhões, setecentos e setenta mil, quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos). A regular e completa execução dos serviços ora contratados só acontecerá quando a **CONTRATADA** comprovar, mensalmente, o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão-de-obra utilizada.

A título de remuneração pelos serviços profissionais prestados pela **CONTRATADA** pactuam as partes o valor de **R\$ 1.866.280,00** (Hum milhão oitocentos e sessenta e seis mil e duzentos e oitenta reais), preço básico correspondente ao valor do Ponto de Função (PF) ou de Horas de Serviço Técnico (HST) para cada um dos serviços, conforme quadro abaixo:

Serviços de Manutenção Corretiva, Adaptativa e Perfectiva						
Postos de Serviço		Quantidade de Horas de Serviço Técnico (HST)		Valor Unitário HST em R\$	Valor Mensal em R\$	Valor Anual em R\$
		Mês	Ano			
1	Gerente de Equipe Sênior	840	10.080	123,95	104.118,00	1.249.416,00
2	Analista de Sistemas Sênior	1.680	20.160	95,56	160.540,80	1.926.489,60
3	Analista de Sistemas Pleno	1.008	12.096	68,75	69.300,00	831.600,00
5	Gerente de Engenharia de Software	168	2.016	134,99	22.678,32	272.139,84
6	Arquiteto de Software	168	2.016	109,76	18.439,68	221.276,16
7	Projetista de Software	504	6.048	98,72	49.754,88	597.058,56
8	Programador Sênior	1.176	14.112	98,72	116.094,72	1.393.136,64
9	Programador Pleno	1.008	12.096	75,06	75.660,48	907.925,76
11	Projetista de Interface Gráfica Sênior	168	2.016	62,54	10.506,72	126.076,64
12	Projetista de Interface Gráfica Pleno	336	4.032	39,03	13.114,08	157.368,96
13	Administrador de Dados Sênior	168	2.016	109,76	18.439,68	221.276,16
VALOR TOTAL - Serviços de Manutenção Corretiva, Adaptativa e Perfectiva					658.647,03	7.903.764,32
Serviços de Manutenção Evolutiva						
Especificação dos Serviços		Quantidade Anual de Pontos de		Valor Unitário do Ponto de Função	Valor Total Anual em R\$	



	Função	em R\$	
1	Manutenção Evolutiva de Sistemas de Informação	2.522	740,00
VALOR TOTAL – Serviços de Manutenção Evolutiva			1.866.280,00
VALOR TOTAL		9.770.044,32	

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:

a CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, até o dia 20, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31, da Lei 8.212/91, alterada pela Lei n.º 9.876/99, acompanhada das seguintes comprovações:

- relação dos profissionais contratados, contendo nome completo, RG, CPF, endereço residencial, cargo ou função, horário de trabalho, acompanhada das respectivas carteiras de trabalho e da previdência social – CTPS, dos exames admissionais e cópia da convenção ou acordo coletivo ou sentença normativa da categoria, quando da apresentação da primeira nota fiscal/fatura;
- certidões ou certificados de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia pro Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
- comprovação de pagamento de salários do mês da prestação dos serviços objeto de faturamento, mediante apresentação de folha de pagamento específica, em que conste como tomador o Hospital de Clínicas de Porto Alegre-HCPA, acompanhada de cópias dos recibos de depósitos bancários ou contracheques assinados pelos profissionais contratados e da folha de ponto ou registro equivalente a frequência;
- comprovante de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale-alimentação etc.), a que estiver obrigada, por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho;
- Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP específica, em que conste como tomador o CNPq, relativa ao mês da prestação de serviço;
- guias de recolhimento da contribuição previdenciária para INSS e da contribuição para o FGTS, relativas ao mês da prestação dos serviços, com autenticação mecânica ou acompanhadas do comprovante de recolhimento bancário;
- cópia das carteiras de trabalho e da previdência social – CTPS dos profissionais contratados para a execução dos serviços, no prazo de quinze dias, a contar da ocorrência das admissões, demissões, substituições temporárias ou definitivas e anotações de alterações nos contratos de trabalho, tais como férias, alterações de salários, de cargo ou função;
- termos de rescisão de contrato de trabalho havidos no mês da prestação dos serviços objeto de faturamento, exames demissionais e, quando aplicável, a guia específica do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP e ou do Sistema Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF, conforme o caso, acompanhado do Documento Específico de Recolhimento do FGTS – DERF;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- i) recibo de pré-aviso de férias – firmado pelo profissional contratado com 30 dias de antecedência – e respectivo comprovante de pagamento, acrescido do respectivo adicional, mediante recibo firmado pelo profissional ou comprovante de depósito bancário, referente aos profissionais em gozo de férias no mês da prestação dos serviços objeto de faturamento;
- j) declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso;
- k) comprovante de pagamento do 13º salário, acompanhado do relatório da folha de pagamento e da guia de recolhimento da contribuição social específica – competência 13;
- l) comprovante de regularidade junto ao SICAF, com demonstrativo da situação da documentação obrigatória e de habilitação parcial;
- m) os documentos comprobatórios constantes nesta Subcláusula - Primeira devem ser oficiais, individualizados e identificados por contrato, correspondente ao mês do adimplemento da obrigação ou do mês anterior, quando não vencidas as referidas obrigações.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A Unidade Fiscalizadora do **CONTRATANTE** terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento fiscal para aprová-lo ou rejeitá-lo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: O documento fiscal não aprovado pelo **CONTRATANTE** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pelo **CONTRATANTE** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

SUBCLÁUSULA QUARTA: O pagamento será efetuado dentro de 3 (três) dias úteis, a contar da data da aprovação do documento fiscal, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, devendo ela, para esse efeito, notificar formalmente ao **CONTRATANTE** os dados correspondentes.

SUBCLÁUSULA QUINTA: A não observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários, das férias, do 13º salário do pessoal e dos demais encargos trabalhistas e sociais, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas no anexo Projeto Básico/Termo de Referência. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito.

SUBCLÁUSULA SEXTA No caso de ser a **CONTRATADA** microempresa ou empresa de pequeno porte, na ocasião da entrega da nota fiscal ou fatura, deverá comprovar a condição de optante pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), mediante a apresentação da cópia do Termo de Opção de que trata a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15/12/2004, que regulamentou o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996. As pessoas jurídicas não-optantes pelo SIMPLES e aquelas que ainda não formalizaram a opção deverão discriminar os tributos/contribuições a serem retidos, conforme a referida Instrução, e sofrerão a retenção desses tributos pelo **CONTRATANTE**, no momento do pagamento. A retenção incidirá sobre o valor total pago, conforme Tabela de Retenção da supracitada Instrução Normativa. Os casos não sujeitos a retenção deverão ser devidamente comprovados no ato da entrega do documento fiscal.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: No preço estipulado na proposta estão incluídos todos os custos operacionais da atividade da **CONTRATADA**, bem como os encargos trabalhistas e previdenciários referentes ao seu pessoal, os fiscais e comerciais (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), e outras de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da perfeita execução do objeto contratual.



SUBCLÁUSULA OITAVA: O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com o CONTRATANTE;

SUBCLÁUSULA NONA: O pagamento da fatura somente poderá ser efetuado após a consulta ao SICAF para verificar a regularidade da CONTRATADA, comprovação do recolhimento das contribuições sociais, trabalhistas e atestada a conformidade dos serviços, de acordo com as exigências contratuais. A CONTRATADA, durante toda a execução dos serviços, deverá manter todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA "O CONTRATANTE, nos termos do art.31 da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 11.933/2009, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá a importância retida, em nome da contratada, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art.33 da referida Lei, correspondente ao recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social "

SUBCLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: No caso de atraso de pagamento por parte do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SEXTA

DA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS CONTINUADOS

Os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2009, e somente será liberada para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e



- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA **DA DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com vista a atender as despesas previstas neste contrato no presente exercício, o CONTRATANTE destaca recursos em conformidade com a discriminação feita a seguir:

- | | | |
|----|-----------------------------|---|
| a) | <u>valor:</u> | R\$ 9.770.044,32 |
| b) | <u>nota de empenho:</u> | 2010NE607907 |
| c) | <u>data de empenho:</u> | 15/10/2010 |
| d) | <u>natureza da despesa:</u> | 349039-26 |
| e) | <u>fonte:</u> | 112915002 - Programa Interministerial de Reforço a Manutenção e 250015275 – Recursos Próprios – Não Financeiros |
| f) | <u>Plano Interno:</u> | FSS06G01HUS |

SUBCLÁUSULA ÚNICA As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato em exercícios futuros, por parte da CONTRATANTE, correrão à cota de suas dotações orçamentárias do respectivo exercício, devendo ser registradas por simples apostila a indicação dos créditos e empenhos para sua cobertura.

CLÁUSULA OITAVA **DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Para garantia do integral do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestou garantia na modalidade seguro garantia, no valor de R\$977.004,43 (Novecentos e setenta e sete mil, quatro reais e quarenta e três centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, em conformidade com o disposto no §3º, artigo 56, da Lei nº 8.666/93, com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A garantia contratual só será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.



[Handwritten signature and initials]

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DO VALOR DO CONTRATO

Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A repactuação será precedida de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação de planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo, devendo o CONTRATANTE diligenciar para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA de forma a assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Havendo prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A repactuação somente será concedida mediante comprovação pela CONTRATADA do aumento dos custos, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA fica obrigada a aumentar a garantia prestada na mesma proporção das valores concedidos pela CONTRATANTE a título de repactuação.

SUBCLÁUSULA QUINTA O novo valor contratual decorrente da repactuação terá sua vigência iniciada observando-se o seguinte:

- I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras. Os efeitos financeiros deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

SUBCLÁUSULA SEXTA As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.



[Handwritten signatures and initials]

SUBCLÁUSULA SÉTIMA As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

SUBCLÁUSULA OITAVA Em havendo alterações deste contrato por parte do CONTRATANTE, que aumentem os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

SUBCLÁUSULA NONA Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, após a assinatura deste contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos.

CLÁUSULA DÉCIMA **DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, mediante a celebração de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (*art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93*).

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A prorrogação deverá ser precedida da realização de pesquisas de preços de mercado, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA **DAS ALTERAÇÕES**

As condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas, mediante a assinatura de termos aditivos, com as devidas justificativas, por meio de proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes da data que se pretenda o implemento das alterações, dentro da vigência do instrumento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. Fica vedado o aditamento do presente contrato com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA **DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO** **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Caberá ao **CONTRATANTE**, o recebimento, a fiscalização e o gerenciamento do objeto contratual conforme condições estabelecidas abaixo e, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 31 da IN SLTI/MP nº 02/2008, e suas alterações:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas nos arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93. O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.



SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A execução do objeto será fiscalizada e gerenciada por representante do **CONTRATANTE**, especialmente designado para esse fim (na forma dos arts. 67 a 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Dec. Nº 2.271/97), a ser oportunamente indicado pela área gestora, doravante denominado simplesmente **Unidade Fiscalizadora**.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A **Unidade Fiscalizadora** do **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
- b) solicitar à **CONTRATADA** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
- c) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas, alterações e recomposição dos preços contratuais, se for o caso;
- d) fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;
- e) fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela **CONTRATADA**, compatível com os registros previstos, no que se refere à execução do contrato, e solicitar comprovante de quitação das obrigações e encargos;
- f) determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;
- g) verificar se a **CONTRATADA** apresentou os comprovantes de pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;
- h) sustar os pagamentos das faturas, no caso de inexecução ou de não prestação a contento dos serviços prestados pela **CONTRATADA**;
- i) documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da **CONTRATADA**;
- j) verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- k) assegurar de que o número de empregados, alocados ao serviço pela **CONTRATADA**, é suficiente para o bom desempenho dos serviços;
- l) lavrar o termo de recebimento definitivo do objeto contratado.

SUBCLÁUSULA QUINTA - O atesto de recebimento definitivo do objeto contratado somente será efetuado quando houver a comprovação pela **CONTRATADA** de pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - A **CONTRATADA** deverá manter um preposto no local da prestação de serviços, para representá-lo na execução do contrato, o qual deverá ser aceito pelo **CONTRATANTE**. O preposto da **CONTRATADA**, deverá registrar e controlar, juntamente com a **UNIDADE FISCALIZADORA**, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA **DA RESCISÃO**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento ou o cumprimento irregular das obrigações assumidas, configurando qualquer uma das situações descritas no art. 78 da Lei 8.666/93, com exceção quanto à fusão, cisão ou incorporação da contratada, mencionadas no seu inciso VI.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA **DAS SANÇÕES**

O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas em item específico do anexo Projeto Básico/Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento contratual, desde que devidamente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA **DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece, de logo, o direito do **CONTRATANTE** de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregado na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma prevista na legislação em vigor;
- c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**;
- d) reter a garantia prestada, para pagamento das verbas rescisórias, podendo utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual;
- e) execução da garantia contratual, para ressarcimento do **CONTRATANTE**, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA Caso a **CONTRATADA** cometa falhas sucessivas ou demonstre desempenho insatisfatório ou imperícia na execução de determinado (s) tipo (s) de serviço (s) compreendido (s) no escopo do presente contrato, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, a seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra firma, nos termos da Lei, após comunicação por escrito à **CONTRATADA**, sendo certo que a **CONTRATADA** arcará com todas as despesas daí decorrentes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA A utilização, pelo **CONTRATANTE**, do direito a ele assegurado na subcláusula anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por este contrato, não cabendo à **CONTRATADA** reivindicações de quaisquer natureza em consequência da aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do disposto no caput..



CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA
DA SUBCONTRATAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do presente contrato, não sendo permitida, outrossim, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA
DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A **CONTRATADA** não poderá, exceto em *curriculum vitae*, utilizar o nome do **CONTRATANTE**, ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, *por exemplo*, em *cartões de visita*, *anúncios* diversos, *impressos* etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, nos termos previstos na cláusula anterior.

SUBCLÁUSULA ÚNICA A **CONTRATADA** não poderá, outrossim, pronunciar-se, em nome do **CONTRATANTE**, à imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do **CONTRATANTE**, bem assim de sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA
DA LICITAÇÃO

O contrato ora celebrado foi precedido de licitação, realizada na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO/SRP**, registrada sob o n.º 025/2010, cujos atos encontram-se no **Processo nº 01300. 01300.000763/2010-1**.

CLÁUSULA DÉCIMA - NONA
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato será regulado por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, em especial, das disposições da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, do Decreto nº 3.931, de 19/09/2001, do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02, de 30/04/2008, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 05/09/2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, todos com suas alterações posteriores, e os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA
DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados:

- a) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO - SRP nº 025/2010;
- b) Proposta Técnica e Comercial da Adjudicatária;
- c) Anexos do Edital do PGE/SRP nº 25/2010.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes deste instrumento e do edital com as da proposta, fica desde logo estabelecido que prevalecerão sempre aquelas contidas neste contrato.



PA X

CLÁUSULA – VIGÉSIMA-PRIMEIRA
DO PESSOAL

O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá vínculo de qualquer natureza com o **CONTRATANTE** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. Na eventual hipótese de vir o **CONTRATANTE** a ser demandado judicialmente, a **CONTRATADA** o ressarcirá de todas e quaisquer despesas que, em decorrência, vier a ser condenado a pagar, incluindo-se não só os valores judicialmente fixados, mas também outros alusivos à formulação da defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA
DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TERCEIRA
DA PUBLICAÇÃO

A publicação, em extrato, do presente contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUARTA
DO FORO

Elegem as partes o foro da Comarca/Seção Judiciária de Porto Alegre/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma.

Porto Alegre - RS, 29 de Outubro de 2015.

Pelo **CONTRATANTE**:

Pela **CONTRATADA**:

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF Nº: _____

Nome: _____
CPF Nº: _____





DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2010

Nº Processo: 23034001261201035. Contratante: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-DA EDUCACAO. CNPJ Contratado: 52007010000152. Contratado: PROL EDITORA GRAFICA LTDA - Objeto: Prestação de serviços de impressão de materiais didático-pedagógicos em atendimento ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, bem como serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem do material produzidos. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Vigência: 27/10/2010 a 31/12/2010. Valor Total: R\$1.309.766,05. Fonte: 112000000 - 2010NE900708. Data de Assinatura: 27/10/2010.

(SICON - 03/11/2010) 153173-15253-2010NE900036

EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2010

Nº Processo: 23034000835201058. Contratante: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-DA EDUCACAO. CNPJ Contratado: 90347840000622. Contratado: THYSENKRUPP ELEVADORES SA - Objeto: Prestação de serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva dos elevadores instalados no Edifício Sede do FNDE, com fornecimento de peças de reposição, insumos e componentes originais do respectivo fabricante. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Vigência: 20/10/2010 a 19/10/2011. Valor Total: R\$54.000,00. Fonte: 100000000 - 2010NE900788. Data de Assinatura: 20/10/2010.

(SICON - 03/11/2010) 153173-15253-2010NE900036

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EXTRATOS DE CONTRATOS

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9962

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 122.113

Modalidade da Licitação: Pregão Presencial nº 045/10.

Nome do Contratado: Laboratórios B. Braun S/A

Nº CNPJ: 31.673.254/0001-02

Objeto: Aquisição de conjunto cateter arterial monitorização PAM 20g.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O contrato vigorará da data da assinatura até 30/06/2011.

Valor do Contrato: Item 28: R\$ 43,00

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 0153 Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585.0043.9999

Elem.Desp: 349030 Empenho: 10NE602789

Data de Assinatura: 19.08.2010

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9964

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 122.638

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico nº 442/10.

Nome do Contratado: AVM Avaliações Consultorias e Projetos Ltda

Nº CNPJ: 02.401.944/0001-04

Objeto: Avaliação de ativos imobilizados tangíveis e intangíveis.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 Decreto nº 5.450 de 31/05/2005 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O contrato vigorará pelo período de cento e oitenta (180) dias, contados da data da publicação da autorização de início dos serviços, após a publicação do seu extrato na imprensa oficial. Fica vedada a subcontratação.

Valor do Contrato: Item 01: Preço total: R\$ 67.300,000.

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 0153 Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585.0043.9999

Elem.Desp: 349039 Empenho: 10NE603281.

Data de Assinatura: 28.10.2010

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9967

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 122.157

Modalidade da Licitação: Pregão Presencial nº 077/10.

Nome do Contratado: Sharkmed Distribuidora de Medicamentos Ltda

Nº CNPJ: 06.034.552/0001-05

Objeto: Aquisição de lactulose sol.oral 667mg/ml fr 120ml.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O contrato vigorará da data da assinatura até 30 de junho de 2011.

Valor do Contrato: Item 43: R\$ 5,98.

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 0153 Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585.0043.9999

Elem.Desp: 349030 Empenho: 10NE602916

Data de Assinatura: 14.10.2010

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9971

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 122.107

Modalidade da Licitação: Pregão Presencial nº 040/10.

Nome do Contratado: Icdurpharma Comércio e Representação de

Produtos Medicos Hospitalares Ltda

Nº CNPJ: 00.072.811/0001-06

Objeto: Aquisição de curativo não aderente.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O contrato vigorará a partir da data da assinatura até 30/06/2011.

Valor do Contrato: Item 28: R\$ 1,90.

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 0153 Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585.0043.9999

Elem.Desp: 349030 Empenho: 10NE603069.

Data de Assinatura: 30.09.2010

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9972

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 122.110

Modalidade da Licitação: Pregão Presencial nº 042/10.

Nome do Contratado: Laboratórios B. Braun S/A

Nº CNPJ: 31.673.254/0001-02

Objeto: Aquisição de agulha e seringa.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O contrato vigorará da data da assinatura até 30/06/2011.

Valor do Contrato: Item 08: R\$ 37,45; Item 12: R\$ 15,45; Item 33: R\$ 7,00; Item 48: R\$ 6,15.

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 0153 Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585.0043.9999

Elem.Desp: 349030 Empenho: 10NE602702.

Data de Assinatura: 19.10.2010

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9974

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 122.777

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico nº 552/10.

Nome do Contratado: Empresa Jornalística Caldas Junior

Nº CNPJ: 92.757.798/0001-39

Objeto: Fornecimento de jornal diário.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O contrato vigorará pelo prazo de doze (12) meses, contados da data da publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, através de termos aditivos, por mais dois períodos de doze (12) meses, desde que as partes nada manifestem em contrário, por escrito, com sessenta (60) dias de antecedência.

Valor do Contrato: Item 01: R\$ 348,00.

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 0153 Programa de Trabalho: 0.302.1220.8585.0043.9999

Elem.Desp: 349039 Empenho: 10NE603197.

Data de Assinatura: 28.10.2010

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9975

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 122.821

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico nº 572/10.

Nome do Contratado: CV Comercio e Serviços em Sistemas de Fluidos Ltda

Nº CNPJ: 08.355.715/0001-79

Objeto: Reforma e instalação de ramal com fornecimento de materiais na rede de vapor do corredor do subsolo do HICPA.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O contrato vigorará pelo período de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da autorização de início dos serviços, após a publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, pelo prazo necessário à conclusão dos serviços.

Valor do Contrato: Item 01: Preço total: R\$ 19.600,00.

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 0153 Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585.0043.9999

Elem.Desp: 349039 Empenho: 10NE603433.

Data de Assinatura: 27.10.2010

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Contrato: 9977

Data de Publicação no DOU: 04/11/2010

Nº do Processo: Processo Administrativo de Compras nº 123.331

Modalidade da Licitação: Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 025/10 - CNPJ.

Nome do Contratado: CTIS Tecnologia S/A

Nº CNPJ: 01.644.731/0001-32

Objeto: Prestação de serviços especializados em tecnologia da informação (TI), na área de manutenção de sistema de informação, de acordo com o planejamento e em apoio às equipes de TI que desenvolvem projeto do AGIU.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Período de Vigência: O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, mediante a celebração de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (art.57, inciso II, da Lei nº 8.666/93). A prorrogação deverá ser precedida da realização de pesquisas de preços de mercado, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

Valor do Contrato: Item 01: HST/ano:10.080, valor unitário HST:R\$ 123,95; Item 02: HST/ano:20.160, valor unitário HST:R\$ 95,56; Item 03: HST/ano:12.096, valor unitário HST:R\$ 68,75; Item 05:HST/ano:2.016, valor unitário HST:R\$ 134,99; Item 06:HST/ano:2.016, valor unitário HST:R\$109,76; Item 07:HST/ano:6.048, valor unitário HST:R\$ 98,72; Item 08: HST/ano 14.112, valor unitário HST:R\$ 98,72; Item 09: HST/ano:12.096, valor unitário HST:R\$ 75,06; Item 11: HST/ano:2.016, valor unitário HST:R\$ 62,54; Item 12: HST/ano:4.032, valor unitário HST:R\$ 39,03; Item 13: HST/ano:2.016, valor unitário HST: R\$ 109,76; Serviços de manutenção Evolutiva:Quantidade anual pontos de função:2.522, valor unitário ponto de função:R\$ 740,00.Totalizando o valor de R\$ 9.770.044,32.

Situação do Contrato: ativo

Rec.Financ.Fonte: 112915002 - Programa Interministerial de Reforço a Manutenção e 250015275 - Recursos Próprios - Não financeiros - Plano Interno: FSS06G01HUS

Elem.Desp: 349039-26 Empenho: 10NE607907.

Data de Assinatura: 29.10.2010

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 123.403 - Serviços de Manutenção do Software Ronda Acesso.

Contratada: Rua Sistemas Automatizados Ltda

Fundamento Legal: Art. 24, Inc. IV, Lei 8.666/93

Autorização: 25/10/10 - Ratificação: 28/10/10

Autoridade Ratificadora: Prof. Amarílio Vieira de Macedo Neto

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 123.373 - Prestação de Serviços de Manutenção do Aparelho de Ressonância Magnética Philips.

Contratada: Philips Medical Systems Ltda

Fundamento Legal: Art. 25, Caput, Lei 8.666/93

Autorização: 22/10/10 - Ratificação: 27/10/10

Autoridade Ratificadora: Prof. Amarílio Vieira de Macedo Neto

Processo nº 123.426 - Afecção Geral de Esfigmomanômetros e Balanças

Contratada: Immetro Inst.Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Fundamento Legal: Art. 25, Caput, Lei 8.666/93

Autorização: 22/10/10 - Ratificação: 27/10/10

Autoridade Ratificadora: Prof. Amarílio Vieira de Macedo Neto

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Aditivo: 8917

Contratada: Processor Informática S/A

Data da Assinatura: 28.09.2010

Data da Publicação no DOU: 04.11.2010

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato nº 8917 pelo prazo de noventa (90) dias, contido a partir de 30.09.2010. Continuam válidas as demais cláusulas do contrato, que não colidirem com as deste termo.

Órgão Superior: Ministério da Educação

Órgão Subordinado: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Unidade Gestora: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Nº do Aditivo: 9620

Contratada: Bross Consultoria e Arquitetura SC Ltda

Data da Assinatura: 15.09.2010

Data da Publicação no DOU: 04.11.2010

Objeto do Aditivo: Adequação técnica das tarefas e do cronograma adotado na execução do contrato, para elaboração do Plano Diretor e Reorganização Física do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HIC-PA), conforme Anexo I do contrato. Continuam válidas as demais cláusulas do contrato, que não colidirem com as deste termo.